

Dispositivos amorosos, repetição de padrão familiar e relacionamento abusivo: impactos e atravessamentos

Loving devices, repetition of family patterns and abusive relationships: impacts and crossings

Camila Leal Vieira da Rosa¹, Beatriz Pardal de Matos², Adriana Vasconcelos Bernardino³

Como citar esse artigo. ROSA, C. L. V. MATOS, B. P. BERNARDINO, A. V. Dispositivos amorosos, repetição de padrão familiar e relacionamento abusivo: impactos e atravessamentos. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 3, p. 298-313, set./dez. 2024.

Resumo

Esta revisão de literatura visa analisar criticamente a tríade: Dispositivos amorosos, repetição de padrões familiares e relacionamentos abusivos. Para isso, foram utilizadas as plataformas Google Scholar, Scielo e Pepsic com os marcadores: transmissão geracional, relacionamento abusivo e violência, bem como livros físicos de autores renomados na área como Terezinha Féres-Carneiro, Ceneide Maria de Oliveira Cervený e Valeska Zanello. A pesquisa discute a influência da estrutura patriarcal nas violências, a construção familiar mediada pela Igreja e pelo Estado, e as mudanças do papel da mulher na sociedade. Aborda ainda os dispositivos de gênero, a cultura e a transmissão geracional, além do silêncio como elemento protetor dos mitos familiares, ocultador e perpetuador de violências. Reflete, por fim, a urgência de uma formação crítica ao contexto político, social e familiar nas vivências do sujeito, a fim de contribuir para uma psicologia potente e com viés de transformação social.

Palavras-chave: Transmissão geracional; relacionamento abusivo; gênero; repetição; violência.



Abstract

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

This literature review aims to critically analyze the triad: Love devices, repetition of family patterns, and abusive relationships. For this, the platforms Google Scholar, Scielo, and Pepsic were used with the markers: generational transmission, abusive relationship, and violence, as well as physical books by renowned authors in the field such as Terezinha Féres-Carneiro, Ceneide Maria de Oliveira Cervený, and Valeska Zanello. The research discusses the influence of the patriarchal structure on violence, the family construction mediated by the Church and the State, and the changes in the role of women in society. It also addresses gender devices, culture, and generational transmission, as well as silence as a protective element of family myths, concealer, and perpetuator of violence. Finally, it reflects the urgency of a critical academic background in the political, social, and familial contexts of the individual's experiences, in order to contribute to a powerful psychology with a bias towards social transformation.

Keywords: Generational transmission; abusive relationship; gender; reproduction; violence.

Introdução

A fim de compreender com transparência a interseção entre dispositivos amorosos, repetição de padrões familiares e relacionamentos abusivos é necessário retomar alguns capítulos da história da mulher na sociedade.

Até o século XVIII, era predominante a teoria do sexo único, a qual consistia na ideia de que mulheres eram consideradas como “homens menores”, dadas as similaridades entre órgãos genitais femininos e masculinos. Logo, a ideia era de que o órgão feminino seria menos desenvolvido, marcando apenas uma diferença de grau (Laqueur, 2001). Ao final desse mesmo século, estudiosos começaram a buscar

Afiliação dos autores:

¹Graduada em Psicologia pela Universidade de Vassouras/ Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

²Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação Física. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Juiz de Fora/ Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

³Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio de Janeiro. Docente da disciplina de Terapia de Casal e Família do Curso de Psicologia da Universidade de Vassouras/ Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail de correspondência: camilalvr@outlook.com

Recebido em: 11/04/2024. Aceito em: 22/10/2024.

evidências das diferenças não apenas anatômicas, mas também fisiológicas de ambos os sexos, o que culminou em um novo olhar para a problemática, produzindo, portanto, a teoria do sexo oposto.

Somado a isso, a consolidação do capitalismo a partir da revolução industrial que acontecia naquele momento escancarou e designou a questão de gênero. Isso porque, as diferenças físicas foram utilizadas como embasamento para justificar diferenças sociais que são naturalizadas em nosso meio até os dias atuais, mesmo com a contestação a partir de novos estudos e descobertas. Sendo assim, a utilização de tal teoria, veio para demarcar papéis e funções que seriam desenvolvidos a partir da organização social binária que dita o que é ser mulher e o que é ser homem na sociedade (Zanella, 2018, p. 41). Posto isso, o conceito de gênero não substitui o de “sexo”, mas sim o complementa.

“Gênero” é, portanto, um conceito relacional e implica, sempre, relações de poder, de privilégios, de maior ou menor prestígio. O que Butler destaca, então, é que a diferença sexual é uma construção de gênero. Não existe acesso direto e atemporal ao corpo: esse acesso é sempre mediado pela cultura. (Zanella, 2018, p. 44)

Perceptivelmente, nota-se a partir disso uma repetição marcante em nossas vidas: a lealdade familiar, que está ligada à escolha dos nomes e sobrenomes e, também, aos *scripts* de gênero. Sobre esses, pode-se perceber que mesmo antes de nascer, o indivíduo já é apresentado a eles. A título de exemplo, cabe citar o aclamado chá revelação, que tem se tornado cada vez mais presente. Esse por sua vez, revela não apenas o sexo da criança esperada, mas principalmente, o papel que desempenhará e as expectativas sobre ela, que se materializarão em cores, decorações, roupas, brinquedos e profissões (Couto Junior et al., 2020). Todas as reafirmações desses *scripts* são perpetuadas pelo que Lauretis (1984) denominou como tecnologias de gênero. Atualmente, essas principais tecnologias são as mídias. Contamos com diversas produções cinematográficas, sejam filmes, desenhos, novelas, propagandas, como também livros, revistas, não esquecendo sobretudo, o *boom* das redes sociais. Portanto, todos esses exemplos contribuem, não só para a perpetuação do sistema de diferença de gênero, mas também para a sua produção, visto que estão sempre se atualizando à medida que vão ocorrendo rupturas. Dessa forma, as tecnologias continuam fazendo a mesma manutenção do sistema, porém, se adequando aos recursos da contemporaneidade.

Os *scripts* têm o intuito de reafirmar hábitos, maneiras de se portar, seja no comportamento, no vestuário e até mesmo no vocabulário. Eles também ditam o que pode ser desejado por cada sujeito dentro desse binarismo. A partir disso, configuram-se os dispositivos de gênero. Dentre eles, cabe citar o amoroso e materno para as mulheres, enquanto aos homens cabe performar a masculinidade provedora e viril (Zanella, 2018, p. 57).

Sabendo-se que o modelo patriarcal ainda é fortemente presente e que consegue se reinventar a cada ameaça de crise, o que se esperava da mulher ainda na primeira metade do século XX era que continuassem se subordinando aos homens. A eles cabiam os cargos de chefia, tanto profissionalmente quanto do seu núcleo familiar, decidindo, inclusive, o que atendesse a seus interesses, sobre o futuro dos filhos. Já para as mulheres, a única realização disponível e possível era o casamento e a maternidade. Mas de que forma isso foi dito e imposto a fim de que fosse internalizado por tantas gerações de mulheres?

Para responder a esse questionamento, é importante pensar na história do casamento e do amor na sociedade. Segundo Del Priore (2006), essa trajetória passa por significativas mudanças; se na Idade Média o símbolo do casal era o amor perfeito e impossível, na Idade Moderna esse amor passa a ser visto como pecado pela Igreja, que se apresentou como um forte inimigo, uma vez que esse sentimento amoroso podia provocar desejos que iam contra seus dogmas.

A Igreja apropriou-se também da mentalidade patriarcal presente no caráter colonial e explorou relações de dominação que presidiam o encontro entre os sexos. A relação de poder já implícita no escravismo, presente entre nós desde o século XVI, reproduzia-se

nas relações mais íntimas entre maridos, condenando a esposa a ser uma escrava doméstica exemplarmente obediente e submissa. Sua existência justificava-se por cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa e servir ao chefe da família com seu sexo. (Del Priore, 2006, p.17)

Posteriormente, no século XIX, o casamento, baseado em critérios paternos, aparece como uma aliança entre os burgueses, que tinham como intuito a perpetuação de suas riquezas. Com a consolidação da República no século XX, os casais começam a se escolher e o amor passa a ser a base para um relacionamento, culminando, portanto, no surgimento do amor romântico, que apresenta uma nova forma de se relacionar, uma expectativa de completude entre os casais (Del Priore, 2006).

Intrinsecamente, o amor, assim como o casamento, é uma realização para as mulheres. Sobre esse assunto, Zanello (2018, p. 84) e Swain (2011) acrescentam ainda que “em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens”, de forma que “o amor está para as mulheres, como o sexo está para os homens”.

Nesse sentido, o amor romântico impacta como uma perda de identidade, apropriação e desempoderamento na vida das mulheres, visto que é esse amor, corrompido pelas relações de poder, que produz a dependência psicológica dessas e as tornam peça de um sistema no qual rivalizam com outras mulheres e performam papéis ideais de esposas e mães perfeitas, tanto para serem escolhidas, quanto para manterem o seu lugar no relacionamento.

Somado a isso, Forna (1999, p. 32) pontua que:

[...] a maternidade é um construto social e cultural que decide não só como criar filhos, mas também quem é responsável pela criação de filhos. Em certos lugares desse mundo, a maternidade foi forjada de modo diferente. Há lugares onde a mãe não é a única responsável pelos filhos e ninguém espera que ela seja, onde o homem se envolve muito mais com a vida dos filhos, onde para a mulher não há conflito entre ter filhos e trabalhar, onde a mãe não é levada a se sentir culpada por suas escolhas pessoais. Compreende-se a partir disso que, além da romantização do par ideal, há também a romantização da maternidade, em que se fabrica a exaltação do amor materno incondicional e inato às mulheres. O termo “dispositivo materno” diz respeito à capacidade das mulheres de cuidar em geral, vista como instinto. Esse cuidar possui desdobramentos, como da casa, do marido e, o maior grau de investimento desse cuidado, um filho, de preferência biológico. Dessa forma, além do desejo pela maternidade e do amor incondicional e inato que é esperado pela sociedade, é preciso capacidade para procriar e desenvolver a maternagem com excelência. Sendo assim, esses dois dispositivos se interseccionam, fazendo da submissão a única forma de assegurar o amor de outrem.

Além desses componentes históricos, culturais e de gênero, cabe citar a relevância da família na construção do sujeito cerceado por tamanhas influências. No livro “Por que repetimos os mesmos erros”, Nasio (2014) pontua que nenhuma de nossas escolhas é feita ao acaso ou de forma puramente racional. Pelo contrário, essas escolhas estão influenciadas principalmente por decisões inconscientes e transgeracionais, tal qual as escolhas que constituem nossa identidade social, como por exemplo, a profissão a ser seguida, o lugar onde moramos e nossos parceiros amorosos.

Dessa forma, nossa vida é moldada pelo ritmo da repetição. Esse não é um conceito recente, visto que autores de grande prestígio já abordaram tal temática, como Thorndike ao elaborar a lei do efeito e Freud em *Recordação, repetição e elaboração* de 1914 em uma primeira menção sobre o assunto (Cerveny, 2001, p 38). Para Nasio (2014) a repetição é estimulada pelo inconsciente e, somado a esta força, tem-se o poder de nos compelir a repetir os acontecimentos marcantes que aparecem e reaparecem em todas as relações de afeto desenvolvidas ao longo da vida, de forma modificada a cada vez que ressurgem, sempre distinta da original. A Psicologia Sistêmica também contribuiu fortemente com esse conceito,

trazendo um processo de significativas mudanças dentro da terapia quando os indivíduos reconhecem essas repetições, que, segundo Greenson (1967), podem se apresentar de diversas formas, como uma cópia exata ou distorcida do passado, uma recordação, uma versão modificada ou nova de uma vivência antiga (Cervený, 2001, p. 39). Além disso, desenvolveram instrumentos que possibilitam a visualização e ampliação do conhecimento sobre os membros da família a partir de representações, como o genograma, que será retomado em outro tópico posteriormente.

O presente estudo pretende empreender uma análise crítica acerca da tríade: Dispositivos amorosos, repetição de padrões familiares e relacionamentos abusivos. Considerando a relevância do tema e ausência de pesquisas sobre a interseção desses, tal estudo visa contribuir com a Psicologia por meio de um olhar aprofundado para a questão da ancestralidade e do que é deixado de herança pela nossa família, o que perpassa não somente pelo dito, mas, principalmente, pela repercussão do silêncio do que não é falado.

Transmissão Geracional de Valores

Antes de compreendermos o conceito de transmissão geracional de valores, sobretudo porque estamos falando a respeito de família, é importante fazermos um apanhado histórico do seu surgimento na sociedade a fim de entendermos sua construção, função e objetivo.

O modelo familiar o qual conhecemos hoje, se atualizou ao longo do tempo. No início da colonização, os papéis ainda não eram bem demarcados, o que não significa dizer que não existiam famílias, mas sim que não possuíam essa nomeação e que a forma de se relacionar apresentava diferentes dinâmicas. Correlato a isso, Zanello (2018, p. 143) sinaliza, a respeito da maternidade em diferentes etnias indígenas brasileiras e afrodescendentes, que a capacidade de exercer cuidados sobre outrem compete a todos os seres humanos, seja individual ou coletivamente.

Nesse segmento, o processo de colonização culminou na organização de um novo mundo, cujo Estado apresentava como objetivos principais o povoamento, a organização da produção e a maximização do comércio. Intrínseco a esses objetivos, o Estado português tinha como alvo projetos de normatização social direcionados aos diferentes gêneros. Porém, esses projetos esbarram com questões, como a diferença cultural e, para que essa adaptação acontecesse, o sistema colonial português se aliou a uma instituição que detém forte influência até os dias atuais: a Igreja (Del Priore, 2013).

À vista disso, a Igreja metropolitana foi mentora desse projeto, uma vez que, simultaneamente ao adestramento social da população nas colônias com o intuito de promover um trabalho organizado e produtivo, por exemplo, por meio da catequização dos indígenas, ela também conseguia desenvolver compromissos reformistas estabelecidos no Concílio de Trento, reafirmando os dogmas da Igreja e expandindo a fé católica pelo mundo (Del Priore, 2013).

Dessa forma, a aliança Estado-Igreja buscava a homogeneização de normas sociais, religiosas e culturais nas colônias. Assim, conseguia promover uma moralidade baseada nos princípios católicos e reforçar a hierarquia social, exercendo o controle sobre aspectos da vida cotidiana e também sobre os corpos, sobretudo o das mulheres. Como os homens migravam constantemente em busca de melhorias, a Igreja entendia que ao delimitar a privacidade doméstica, as mulheres seriam a base para a edificação da família. A partir disso, passou-se a esperar que essas mulheres performassem o papel de “mãe de família”, o que gradativamente adquiriu contornos muito bem definidos.

A família, ancilar unidade de produção e reprodução, deveria entreter-se em torno da mãe supostamente exemplar, e esta, ao “instruir e educar os filhos cristãmente” e “cuidar com diligência das coisas da casa”, como recomendava um pregador setecentista (Arceniaga, 1724), integrava a si mesma e os seus ao processo de formação do capitalismo na

Idade Moderna. Sob as luzes do Antigo Sistema Colonial, a vida feminina recatada e voltada para o fogo doméstico e os filhos fazia da mulher um chamariz para que se canalizasse na esfera do lar a energia que, fora dela, pudesse confundir-se com desordem e contravenção, baralhando os pressupostos de ordem e trabalho implícitos no sistema de produção. (Del Priore, 2013, p.70).

Desse modo, a relação entre o Estado e a Igreja desempenhou um papel crucial na expansão do capitalismo e da fé cristã, tornando-se os fundamentos da instituição familiar. Esta, por sua vez, estabeleceu posteriormente uma parceria estratégica com o Estado, que, devido à sua estrutura mais consolidada, permitiu um controle ainda maior por meio da educação e da segurança. Essa realidade foi alcançada através do desenvolvimento de instituições educacionais e da melhoria das condições nos internatos, com influência consolidada no âmbito do cristianismo. Ainda hoje, podemos observar a influência duradoura dessas instituições que cresceram a partir do apoio financeiro das igrejas (Busson, 2009).

Consequentemente, a família nuclear passou a ser vista como um modelo de paz social, enquanto a ideologia educacional se concentrou nessas crenças. Além disso, essa união instituiu uma rede de vigilância, coerção e exclusão social direcionada a tudo que destoava desse padrão familiar, como bares, prostitutas, exibicionistas e jornais locais.

Para Busson (2009), isso levou ao aumento das forças policiais no século XVIII, promovendo um discurso que prometia felicidade e tranquilidade para todas as famílias consideradas “corretas”, enquanto reprimia aqueles que não se enquadravam nesse ideal familiar, como não familiarizados e rebeldes.

Portanto, esse período marcou a existência da desigualdade social e um projeto de higienização da população, uma vez que educação e segurança eram disponibilizados de forma distinta entre as camadas hierárquicas da sociedade. Isso reflete o interesse daqueles que historicamente detinham poder econômico e material em manter essa desigualdade.

Sob essa lógica, a instituição familiar é permeada por funções que têm como objetivo a perpetuação social, visando educar os indivíduos para que se encaixem tanto biológica quanto socialmente na estrutura familiar, tornando-se assim produtivos para a sociedade. Dito isso, são inegáveis todas as transformações ocorridas ao longo desses quase quatro séculos, como avanços em termos de constituições e marcos históricos que buscaram diminuir a desigualdade, por exemplo o sistema de cotas, e também, romper com o modelo familiar lusitano-católico elitista (Freyre, 1963), como mulheres chefiando seus lares, levando em consideração as configurações na forma de ocupação, de tempo e de formação dos relacionamentos, e a união de homossexuais (Centa; Elsen, 1999).

Em contrapartida, apesar de todas essas transformações, a família patriarcal ainda é referência simbólica para a nossa sociedade (Ribeiro; Bareicha, 2008). Sendo assim, observa-se frequentemente na sociedade contemporânea, a concepção da família a partir de um modelo hegemônico, considerado fundamental para a formação dos indivíduos. Esse modelo é retratado como algo natural, imutável e com valores atemporais. Nessa perspectiva, a família é vista como uma estrutura padronizada na qual seus membros devem se adequar a determinados padrões de controle, vigilância e ordem, dada a força da cultura e da família enquanto instituição, visto que, essa última, pode ser considerada como matriz da identidade do sujeito (Del Priore, 2013).

Dessa forma, a família é um grupo social que passa por transformações ao longo do tempo, possuindo a capacidade de se manter e preservar sua identidade. Em meados do século XX, configurou-se uma necessidade de construir um projeto de vida tornando possível que cada indivíduo tomasse suas próprias escolhas em relação ao seu futuro. No entanto, essas escolhas, não são realizadas no vazio; pelo contrário, possuem influência de um contexto socioeconômico, político, cultural e agora familiar. Pesquisadores destacam a influência das expectativas familiares na escolha de carreira e na construção de projetos de vida e profissionais, uma vez que o indivíduo que escolhe está inserido em um determinado contexto e é por ele influenciado. Nesse sentido, podemos compreender a transmissão geracional de

valores se referindo, portanto, àquilo que acontece em uma geração e se repete em outra (Del Priore, 2013).

Diversos autores trouxeram uma imprescindível contribuição a respeito desse tema nos mais variados âmbitos: Trindade e Burcher-Maluschke (2008) abordaram a questão da transmissão geracional em famílias de alcoólicos; Ribeiro e Bareicha (2008), assim como Silva e Strelhow (2008), estudaram a transmissão da violência familiar. Além disso, podemos encontrar estudos de outros pesquisadores sobre transmissões através das gerações a respeito da conjugalidade, gravidez, educação dos filhos, incidência de doenças e psicoses, por exemplo. Nessa revisão bibliográfica, no entanto, o enfoque será as repetições familiares a partir de um contorno sobre relacionamentos abusivos, uma vez que a família está presente, não apenas fisicamente e na memória de cada indivíduo, mas sobretudo, no seu psiquismo.

Segundo Bowen (1965), o processo de transmissão familiar pode se iniciar muito antes da concepção da criança, quando os pensamentos, sentimentos e fantasias da família como um todo, começam a moldar o espaço que esse filho ocupará em suas vidas. Isso significa que o indivíduo, mesmo antes de nascer, já está sujeito às projeções familiares e nasce inserido em uma história preexistente da qual é herdeiro e, ao mesmo tempo, prisioneiro (Wagner, 2014).

A família se organiza a partir de um conjunto de material psíquico, transmitido de forma coletiva, o qual entendemos como legado coletivo. Através da família esse legado é transformado e, nessa sequência de subjetivação, cada indivíduo contribui com sua marca pessoal ao mesmo tempo em que recebe influências e impressões. O processo de formação subjetiva ocorre nessa relação dinâmica entre o que é transmitido e o que é transformado (Féres-Carneiro, 2005, p. 29).

Nesse sentido, como aponta Minuchin (1982), é por intermédio da família que desenvolvemos nosso senso de pertencimento e diferenciação. Dessa forma, a identidade do indivíduo é moldada pelas interações e conteúdos transmitidos dentro desse contexto familiar, os quais definem seu papel e lugar na estrutura da família. A ferramenta da transmissão de valores pode se perpetuar a partir de alguns elementos, tais quais: mitos, legados, memórias, segredos, tabus, crenças, rituais, cerimônias, lealdades visíveis e invisíveis, dívidas e missões.

Dentre esses elementos, os mitos são de grande importância no percurso de elucidação dessa pesquisa. Eles podem ser entendidos como uma representação coletiva, transmitidos de uma geração para outra com o intuito de explicar o mundo, sendo, portanto, uma forma de significação. Têm relevância histórica e, apesar de antigos, não são imutáveis, uma vez que se constroem e se modificam ao longo do tempo à medida que uma história é contada e recontada. Devido a isso, Andolfi e Angelo (1988) consideram as partes herdadas dos mitos e também os apontam como estruturas móveis. Para eles, o mito familiar é um conjunto de leituras da realidade construído a partir de necessidades emotivas pela família que o conta, por exemplo, o mito da estrelinha, comumente contado às crianças simbolizando que alguém morreu (Cervený, 2001, p. 56).

Os mitos familiares são frequentemente atrelados e sustentados pelos segredos familiares. Esses segredos apresentam diferentes propósitos nas famílias, podendo admitir um caráter de proteção ou de diferenciação desse grupo para outros. Framo (1965) defende que, eles estão diretamente ligados a acontecimentos vergonhosos e possivelmente discriminatórios para a sociedade, possibilitando consequências marcantes para a autoestima dos indivíduos da família. Isso, portanto, não é uma unanimidade, visto que há autores que acreditam que os segredos não necessariamente possuem esse caráter vergonhoso e que também podem trazer união e identidade para determinada família (Cervený, 2001, p. 57).

Nesse sentido, os segredos podem surgir dos mitos e os mitos também podem surgir dos segredos, uma vez que o processo de transmissão perpassa a comunicação, seja ela verbal ou não verbal, pelo olhar, movimento ou silêncio (Cervený, 2001, p. 52). Da mesma forma, o mito protege a família e o inverso também funciona, a família protege o mito, independente de perceber sua existência. Ainda que tenhamos alguns questionamentos sobre o segredo em si, como a serviço de que ele está e de que forma se dá, é

fundamental nos atentarmos à possibilidade frequente dele não ser questionado e refletido, como os papéis masculinos e femininos, a perpetuação do machismo ou as crenças sobre fidelidade, sendo esses atravessados e atropelados pelo silêncio.

Apreende-se a partir disso que, ainda que uma família não se comunique, seus mitos estão presentes e são perpetuados a partir de um padrão que persiste através de gerações, quer elas convivam entre si ou não. Além disso, essa repetição se apresentará de diferentes formas a depender da família sobre a qual estamos falando; sendo assim, algumas repetições de padrões geracionais familiares podem ser facilmente percebidas ao passo que outros se apresentarão de maneira mais camuflada e difícil de identificar (Cervený, 2001, p. 33).

À vista disso, Bernard Golse (2003), faz uma importante colocação a respeito das definições das transmissões transgeracional e intergeracional de valores. Segundo ele, a transmissão transgeracional ocorre de forma descendente, envolvendo gerações que muitas vezes não estão em contato direto, que não convivem entre si, como avós e bebês, ou bisavós. Essa transmissão ocorre entre indivíduos que não partilham a mesma época, mas que estão conectados por meio do discurso, independente da forma de comunicação. Já o termo transmissão intergeracional refere-se aos fenômenos de transmissão entre duas gerações que têm contato direto, funcionando mutuamente, como dos pais para os filhos ou dos filhos para os pais (Féres-Carneiro, 2009, p. 27). Nesse caso, além das repetições gravadas em nosso psiquismo, da influência da cultura e do social, as gerações conversam entre si e isso é passível de observação.

Intergeracionalidade

Ao analisarmos a palavra intergeracionalidade, observamos a união de dois termos: Inter e geracional. Essa última, remete uma ideia própria à geração; já a primeira é relativa ao meio, algo que está entre. Sendo assim, podemos compreender esse conceito como um elo entre gerações, que pode representar diferentes idades, fases da vida e contextos. De acordo com Neri e Yassuda (2005), o conceito de intergeracionalidade é utilizado para descrever as relações que acontecem entre pessoas de diferentes gerações, abrangendo não só o âmbito familiar, mas também todas as esferas da vida social dos indivíduos.

Desse modo, considera-se que as gerações se comunicam, que cada indivíduo é único e experiencia sua vivência de modo particular e subjetivo. Somado aos índices alarmantes de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, dado que cerca de “81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa” (Brasil, 2021), pode-se apreender que a estrutura patriarcal e machista, a nível nacional ou mundial, contribui com a naturalização da violência, seja ela física ou psicológica, sustentando-se e perpetuando-se a partir dela a ideia de que o uso da violência revela fins educacionais, tal qual, comumente expressa por meio da justificativa “bato porque te amo”.

Diante disso, é importante salientar que, a maneira como os pais criam seus filhos terá um impacto significativo na saúde mental e no comportamento dos mesmos na vida adulta.

Alguns autores identificaram o abuso físico na infância como o principal preditor da perpetração da violência contra o parceiro na idade adulta, enquanto outros identificaram o abuso físico juntamente com a negligência como fatores predisponentes da violência conjugal. Outros autores ainda identificaram o abuso sexual com maior poder preditivo. O fato é que, de forma geral, as experiências de maus-tratos na infância, em suas diferentes manifestações, estão associadas à perpetração de violência conjugal na idade adulta, o que já se apresenta como um consenso na literatura. (Teodoro; Baptista, 2020, p. 51)

No drama “Maid”, seriado da plataforma de *streaming* Netflix, o enredo abarca questões relacionadas

ao abuso de álcool no seio familiar e à violência doméstica perpetuadas por gerações. Alex, a protagonista, enfrenta problemas financeiros e familiares, na tentativa de romper um relacionamento abusivo com o pai de sua filha, Maddy. É possível observar um incômodo no relacionamento dos pais de Alex e, no decorrer da trama, é exposto que sua mãe também era vítima de violência doméstica. A partir disso, marca-se duas repetições, a priori, o padrão violento dos relacionamentos conjugais e o comportamento protetivo por parte da mãe para com suas filhas. No drama, Paula vai para o Alasca com Alex; Alex vai para o abrigo com Maddy.

Embora fatores como a intergeracionalidade e os desdobramentos das violências sejam evidentes somado a um cenário que culpabiliza mulheres e busca justificar a violência, seja por causa do álcool ou porque o cenário social e a cultura romantizam o ciúme e a posse dos corpos dessas mulheres, a violência nunca é justificável.

A partir disso, podemos observar que, sendo a família a primeira instituição em que somos inseridos, local primário de socialização, é ela que nos confere os modelos que serão desempenhados por cada integrante, nos ensinando, para além disso, valores morais que serão legitimados, ainda que dentro de um cenário de violência (Oliveira; Sani, 2009).

Segundo Bandura (2001), o aprendizado ocorre como resultado direto das nossas experiências, sendo completamente passível de ser assimilado ao observar ações e consequências de determinado evento, principalmente ao se tratar de situações marcantes, que despertem atenção. Sendo assim, na convivência contínua em um ambiente turbulento, onde a presença da violência de gênero é evidente, é possível que os comportamentos agressivos sejam internalizados e replicados por figuras masculinas, ao passo que comportamentos de submissão podem ser adotados pelas figuras femininas. Além das ações em si, os valores subjacentes a esses comportamentos, como o machismo, também serão assimilados, reforçando os estigmas sociais atribuídos aos gêneros masculino e feminino, com grandes possibilidades de perpetuação nas gerações seguintes (Oliveira; Sani, 2009).

Dessa maneira, a violência passa a ser naturalizada, visto que, integra as primeiras noções de mundo do indivíduo e seus valores morais e sociais. Consequentemente, a forma com que essas mulheres passam a se relacionar com seus parceiros, concebem a relação conjugal apreendida, o que refletirá nas relações com os possíveis filhos que vierem a ter, tornando-se um ciclo. A partir dessa naturalização, reconhecer os abusos de uma relação conjugal se torna ainda mais difícil, uma vez que é desconhecido para elas outra forma de se relacionar (Oliveira; Sani, 2009).

Tal compreensão é reforçada por meio da identificação com suas principais figuras femininas, como mães, irmãs e avós, uma vez que são testemunhas desses abusos, muitas vezes sem reconhecê-los e nomeá-los, já que falta apoio social para indicar que tal situação é criminosa. Soma-se a isso, a falta de proteção a essas mulheres e as sucessivas violências que enfrentam a partir do momento de tomada de consciência à escolha de denunciar, visto que não se sentem protegidas pela sociedade, o que contribui para comportamentos inertes, passivos e submissos (Oliveira; Sani, 2009).

Repetição de padrão familiar nos relacionamentos abusivos

O termo repetição deriva do latim, *repettione*, ato ou efeito de repetir. Segundo Cerveny (2001), significa acontecer de novo, suceder novamente. Essas definições demarcam o modo com que nos deparamos com as repetições dos padrões interacionais, ocorridos em diversas gerações, independente da maneira que ela surge.

A repetição é uma força do inconsciente que busca reviver eventos significativos do passado, atualizando-os e integrando-os à experiência presente, preservando uma identidade original. Dessa maneira, essa força interior nos leva a reproduzir sistematicamente, de forma prejudicial ou não, comportamentos, preferências, afeições e separações. Sendo assim, é impossível fugir dessa repetição,

independe da forma que ela se apresente (Nasio, 2014).

Em contrapartida, é possível dar outro contorno para essas repetições, uma vez que, a partir da tomada de consciência, podemos selecioná-las a fim de provocar mudanças se houver incômodo.

Quando nos referimos à repetição de padrões interacionais de uma geração para outra subsequente, não nos colocamos na posição de que o passado determina ao sistema atual o que deve ser repetido. Nossa posição é que o sistema seleciona do passado o padrão repetitivo que vai incluir na sua própria história. (Cervený, 2001, p. 42).

No contexto do estágio de ciclo de vida familiar, compreende-se que pode haver o contato entre gerações distantes, como por exemplo, a chegada de um novo membro e o estágio tardio da vida de outro. Sendo assim, a dicotomia novo e velho atravessa uma interseção subjetiva, da mesma forma que, contrariando o pensamento cartesiano, é inviável dissociar mente e corpo. Isso significa dizer que, independentemente do arranjo da família, das vivências das demais gerações, da convivência entre elas e da visibilidade das repetições, a ocorrência dessas repetições é constante e constatada (Féres-Carneiro, 2009, p. 11).

Nesse sentido, novo e velho estão interligados, independente do contato entre as gerações. Como citado, as repetições podem ocorrer de forma transgeracional ou intergeracional, e são importantes para a consolidação da nossa identidade, desenvolvimento pessoal e autopreservação (Nasio, 2014, p. 32). Dessa forma, Nasio (2014), parafraseia René Descartes e faz um jogo de palavras, possibilitando depreender que a identidade está dentro e fora de cada indivíduo, portanto, “Repito, logo sou” e “Sou aquilo que repito”. Logo, nosso inconsciente é achado igualmente fora de mim, no outro do qual dependo afetivamente, nesse caso, não na pessoa em si, mas num traço que o caracteriza, sendo esse comum aos objetos amados e perdidos no decorrer da nossa trajetória (Nasio, 2014, p. 35).

Dito isso, somos nosso passado em ato e todas as nossas escolhas atualizam esse passado, como escolher um parceiro amoroso, uma profissão ou moradia. Nesse sentido, a repetição traz notícias do que temos como afetivo. Repetimos tanto a maneira de amar, como a de se separar ou até mesmo de elaborar o luto do objeto amado (Nasio, 2014, p. 41).

Partindo desse pressuposto, é possível perceber, ainda que dificilmente passível de mensuração, os impactos da violência na construção do sujeito. Nessa lógica, Nasio (2014, p. 51) pontua:

A criança traumatizada será, ao longo de toda a sua vida, parasitada, mais que parasitada, impregnada por uma cena nociva que ela não vê e que, não obstante, dita-lhe as ações e escolhas compulsivas.

Dada a gravidade da questão da violência e seus impactos, algumas medidas foram tomadas a nível global e nacional. Previstas para o milênio 2000-3000, a Organização das Nações Unidas estabeleceu como meta a erradicação de todas as formas de violência. Soma-se a isso a promulgação da Lei Maria da Penha pelo governo brasileiro em 2006, que definiu as diferentes formas de violência presentes em qualquer relação íntima de afeto, atentando-se em reforçar que não existe um contexto único e padronizado em que ela ocorra, podendo estar presente em relações conjugais, independente da formalização, das questões burocráticas e da partilha ou não da moradia, visando proteção às mulheres (Féres-Carneiro, 2013, p. 192).

O Artigo 7º dessa Lei, nº 11.340, especifica os cinco tipos de violência, sendo elas: física, sexual, patrimonial, moral e psicológica, incluindo nessa última a violência verbal.

1. Violência física: é a mais explícita delas, uma vez que afeta a integridade e a saúde corporal, podendo causar debilidades, mutilações e até a morte, deixando marcas profundas e permanentes na

memória.

2. Violência psicológica: causa danos emocionais, interferindo na autoestima e no desenvolvimento físico, social e emocional. Tem o objetivo de interferir nas relações que podem trazer apoio à vítima, como humilhações, perseguição, isolamento, tratamento hostil, entre outros.
3. Violência sexual: limita e viola os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Abarca atos que coagem, forçam ou constroem mulheres a se envolverem em relações sexuais não desejadas, através de intimidação, ameaças, coerção ou uso da força. Também inclui práticas que exploram a sexualidade das mulheres contra sua vontade, impedem o uso de métodos contraceptivos e as forçam a casamentos, gravidez, aborto ou prostituição por meio de chantagem, suborno ou manipulação.
4. Violência patrimonial: visa impedir que a vítima tenha condições de manter sua subsistência e envolve atos que retêm, subtraem ou destroem objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos e recursos econômicos, incluindo aqueles necessários para atender às necessidades das mulheres e seus filhos.
5. Violência moral: qualquer conduta que configura calúnia, difamação ou injúria.

Mas afinal, o que é relacionamento abusivo? O relacionamento abusivo pode ser compreendido como uma relação que envolve diversos tipos de abusos, como os tipos de violência mencionados a cima. No entanto, vai além disso, uma vez que implica em um desequilíbrio de poder utilizado para controlar e manipular o parceiro. Nesse sentido, compreender o contexto político e social torna-se fundamental, especialmente em um relacionamento cis-hetero-normativo, no qual há um homem exercendo sua masculinidade e uma mulher sendo esperada para expressar sua feminilidade. Historicamente, essa dinâmica de gênero pressupõe a superioridade masculina e a subordinação da mulher, o que já indica a possibilidade de abuso (Xavier, 2022).

Isso implica que, mesmo que o homem não esteja ciente disso, ele acaba reproduzindo comportamentos tóxicos e abusivos que são inerentes à construção da masculinidade, sendo denominado como machismo estrutural (Xavier, 2022). É fundamental ressaltar que, ao abordar o tema do relacionamento abusivo, é necessário examinar as implicações políticas e sociais que perpetuam essa dinâmica desigual. É crucial questionar os estereótipos de gênero, as normas culturais e as estruturas patriarcais que contribuem para a manutenção desses abusos. Conscientizar-se dessas questões é um passo essencial para combater relacionamentos abusivos e promover relações mais saudáveis e democráticas.

Sendo assim, a história de formação da sociedade e os padrões familiares estão interligados de modo que se comunicam e coexistem, fazendo a manutenção um do outro. A fim de romper com essa estrutura, é necessário um olhar atento e crítico para nossa história e àquela que nos antecede, tanto familiar como socialmente.

Nasio (2014, p. 67) aponta: “Justas ou injustas, as coisas acontecidas jamais serão destruídas. Nem o tempo, pai universal, seria capaz de impedi-las de terem sido e de renascermos”, nem o silêncio. Isso significa que, ainda que indivíduos usufruam dele, juntamente com os mitos, como forma de proteção às suas famílias, os silêncios também são uma forma de violência, uma vez que podem produzir culpa, velar os abusos e perpetuar os padrões.

Somado a isso, Maquiavel (1532) declara: “Para predizer o que vai acontecer é preciso entender o que já aconteceu”. Nesse sentido, o processo de conscientização dos padrões possibilita a elaboração do trauma, abrindo caminhos para novas perspectivas nas experiências tanto passadas quanto futuras, viabilizando o rompimento do padrão.

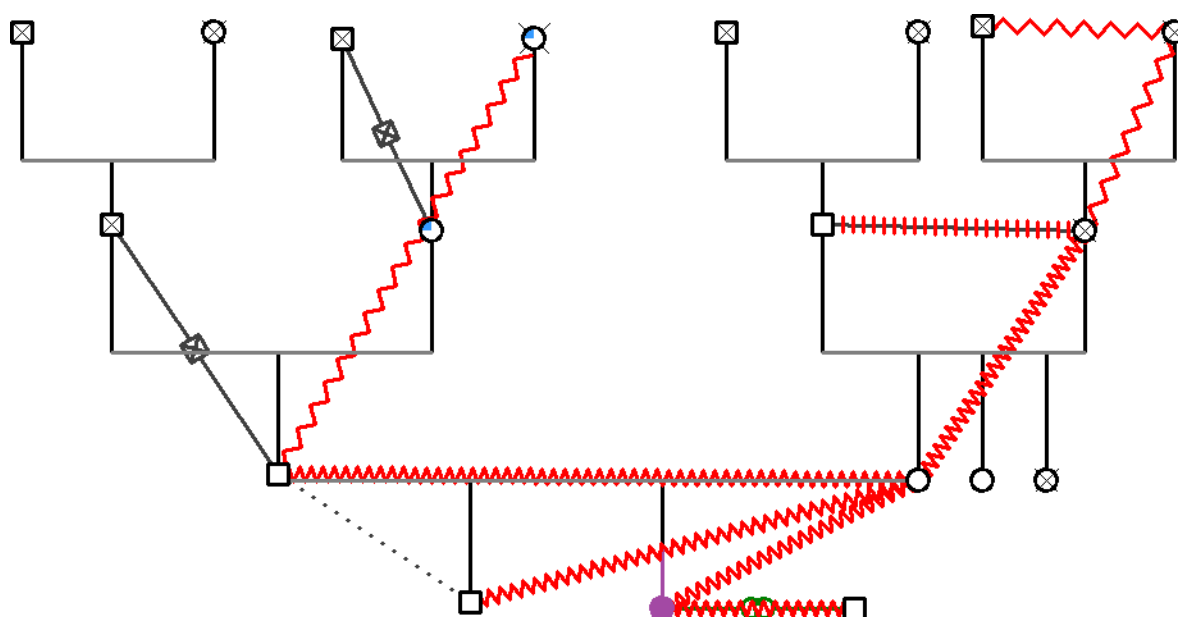
Genograma

O genograma é uma ferramenta utilizada na clínica com famílias, que se desenvolveu a partir da Teoria dos Sistemas Familiares de Bowen (1978) que, juntamente com McGoldrik e Gerson (1985), ampliou o uso dessa após seus estudos e estruturações. Dessa forma, podemos compreendê-lo como uma representação gráfica por meio da história e funcionamento da família ao longo das gerações através de símbolos universais, o que permite sua interpretação, independentemente do idioma (Franco; Sei, 2015; Cervený, 2011).

Nesse sentido, o genograma pode ser utilizado tanto de forma objetiva quanto subjetiva, a depender do que se pretende analisar. Isso porque, esse instrumento não se resume a genealogia ou a traços hereditários, mas também pode abarcar a dinâmica e os fenômenos do ciclo de vida familiar. Nesse sentido, é passível de identificação desde o número de membros, profissões, divórcios e doenças genéticas até hierarquias, vínculos, regras, crenças, traços de personalidade e padrões de relacionamentos afetivos, respectivamente. (Cervený, 2011; Franco; Sei, 2015).

À vista disso, o uso do genograma não se restringe à família nuclear, expandindo-se às gerações anteriores. Dessa forma, é possível obter conhecimento acerca da geração atual, mas também das gerações passadas, identificando os padrões que se repetem ao longo delas. Logo, é considerado um instrumento fundamental aos terapeutas de casais e família, uma vez que possibilita a elaboração de hipóteses e planejamentos de intervenção (Cervený, 2011; Franco; Sei, 2015; Teles, 2008).

O genograma a seguir é fictício e busca exemplificar a história da mulher representada na cor roxa e, para facilitar o entendimento, a chamaremos de R.



Na história familiar de R, seus pais são divorciados e viveram uma relação conflituosa e violenta em que a mãe de R era vítima de violência doméstica. Ao dar enfoque na estrutura familiar dessa mãe e em seus vínculos afetivos, foi possível observar que havia uma repetição. Dessa forma, não apenas a mãe de R era agredida na relação conjugal, mas sua avó também, o que marca o impacto dessas vivências na escolha de seu parceiro amoroso. Além disso, a relação mãe e filhos demarca novamente essa repetição, visto que a relação entre eles, em todas as gerações, era marcada por violência.

Outro aspecto relevante é a presença das violências físicas na família paterna de R, uma vez que sua bisavó agredia seu pai. Isso se deu porque o pai de R foi criado por ela, assim como a mãe dele fora criada

por sua bisavó. Ademais, é uma história marcada por abandono, sobretudo da figura paterna. Embora a geração atual não esteja consolidada por esse abandono, existe um distanciamento entre pai e filhos, admitindo a força das repetições ainda que com novas roupagens.

Além disso, também é possível observar o silêncio como forma de proteção do mito familiar sobre uma família estruturada e feliz, que só foi possível perceber a contradição a partir da visualização através do genograma. Isso porque, as violências eram veladas, visto que ecoa para a mulher um sentimento de vergonha e fragilidade ao cogitar pedir ajuda. Nesse sentido, é nítido o silêncio como reforçador de um padrão familiar que, embora tente proteger a imagem, intensifica seus abusos. Isso fica claro quando direcionamos nosso olhar à representação de R, agredida por sua mãe, seu irmão e sua escolha amorosa.

Quando sabemos que a profecia é apenas uma profecia, ela já não pode se consumir. Sempre resta a possibilidade de escolher outra coisa e transgredi-la. Que percebamos e aproveitemos as oportunidades. (Watzlawick, 2000, p. 116).

Papel do psicólogo

Em “Psicologia das massas e análise do eu”, Freud (1921, p. 30) pontua:

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado, mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social.

A partir disso, podemos compreender que o mundo interno é resultado das sucessivas internalizações e projeções dos outros reais e das experiências vivenciadas pelo sujeito (Féres-Carneiro, 2005, p. 27). Ademais, soma-se a isso o contexto em que estamos inseridos, que abrange aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e familiares, bem como as diversas formas de se relacionar, que evoluíram ao longo do tempo em busca de relações mais democráticas.

À vista disso, o papel do psicólogo assemelha-se, em alguns momentos, ao de um detetive e, em outros, ao de um arqueólogo. Isso ocorre porque o psicólogo busca articular pistas teóricas e dados clínicos para formular hipóteses e reconstruir a história ancestral da subjetividade de cada indivíduo. Essa postura investigativa do profissional, que integra perspectivas e abordagens diversas e complementares, nos instiga a buscar, na herança transmitida, os elementos para uma metapsicologia familiar (Féres-Carneiro, 2005, p. 25).

Nesse sentido, considerando a relevância do “Estágio do espelho como formador da função do eu”, conforme destacado por Lacan (1998), é afirmado que nós, como seres humanos, começamos a existir a partir do reconhecimento do outro (objeto a) por meio do olhar amoroso, fala e afeto desse outro; os outros se tornam nossos primeiros educadores e “primeiros objetos” (Enriquez, 1990, p. 52). Para elucidar esse pensamento, podemos apreender que, aquilo que nos incomoda no outro revela informações sobre nós mesmos, já que aquilo que enxergamos nele é um reflexo de nós, moldando assim o nosso psiquismo. No entanto, o outro só existe para nós quando investimos ativamente nele, permitindo assim o reconhecimento mútuo e a criação do “outro generalizado”. Vale ressaltar que isso não significa que o indivíduo seja totalmente plástico, pois, embora as experiências acumuladas sejam profundamente enraizadas, elas não têm controle absoluto sobre nós, e, portanto, não nos governam (Enriquez, 1990, p. 55).

Podemos concluir, portanto, que, embora as pulsões, a compulsão a repetição e as experiências inscritas em cada sujeito alimentem as resistências da análise e reforcem nossos padrões de relacionamentos, eles não nos definem. Pois, uma vez que negamos essa possibilidade, automaticamente, estaremos negando nossas apostas no atendimento psicológico e no efeito do discurso da palavra (Féres-Carneiro, 2009, p. 27). Dito isso, além de investigar a história, formular uma hipótese e reconstruir a história ancestral do indivíduo, a fim de elucidar as repetições e possibilitar novos recursos junto ao paciente, com o intuito de que ele dê novos contornos às suas vivências, faz-se imprescindível que a prática profissional do psicólogo atue em prol da emancipação desse sujeito, trabalhando sua autoestima e responsabilização, subsidiando aparatos para que ele se perca para se reconhecer e, conseqüentemente, se torne o autor de sua própria história, não mais prisioneiro dela (Meira, 2012).

Nesse segmento, para que isso aconteça, é fundamental que o profissional tenha ciência sobre a responsabilidade de seu ofício, uma vez que uma psicologia acrítica, que não se atente ao social, insipiente e que negligencia às influências e interferências da massa sobre o sujeito, pode ser reforçadora de estigmas, ao invés de instrumento de transformação social. Esse pensamento crítico se apresenta, portanto, como uma ferramenta que possui a capacidade de revelar a realidade e apontar as possibilidades de superação que existem socialmente (Meira, 2012).

No entanto, apesar de sua contribuição, a teoria por si só não garante a transformação do mundo. Para que ela seja esse agente, é fundamental a assimilação racional e afetiva, seja pelo psicólogo, pelo paciente e os demais integrantes de uma rede de trabalho. Não obstante, é fundamental a organização de planos de ação, a fim de que teoria e prática se materializem, transformando assim o que só existia idealmente (Meira, 2012; Vasquez, 1977).

O homem muda o mundo com a sua ação prática e não com a ideia, mas esta atua como a premissa mais importante da ação dele, ela mesma deve ser um reflexo criador da realidade. (Meira, 2012)

Considerações finais

Postos os elementos constitutivos das repetições dos relacionamentos abusivos, vide a padronização e perpetuação dos dispositivos de gênero e das transmissões geracionais, reafirmo que essa pesquisa não tem pretensão de determinar, justificar ou sentenciar essas violências. Por meio deste, espero contribuir com as pesquisas já existentes nesse campo e despertar interesse para que novos estudos surjam, buscando cada vez mais uma formação crítica, questionadora e atenta aos fenômenos e contextos sociais, possibilitando assim uma psicologia mais potente e transformadora. Além disso, que possamos nortear nossos estranhamentos e incômodos a partir da indagação: A quem interessa esse sistema? Quem lucra com isso?

Portanto, ficam minhas inquietações e desejos mobilizadores para um possível trabalho a ser desenvolvido futuramente.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

- ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Claudio. **Tempo e mito em psicoterapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. Título original: Tempo e mito nella psicoterapia familiare, Torino, Boringhieri, 1987.
- BANDURA, Albert. Social cognitive theory: an agentic perspective. **Annual Review of Psychology**, p. 1-26, 2001.
- BOWEN, Murray. Family psychotherapy with schizophrenia in the hospital and in private practice. In: BOWEN, Murray. **Intensive Family Therapy: Theoretical And Practical Aspects**. New York: Harper & Row, 1965. cap. 5, p. 213-243.
- BOWEN, Murray. **Family Therapy in Clinical Practice**. New York: Jason Aronson, 1978.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 09 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa**. 2021. Disponível em: 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br). Acesso em: 20 abr. 2023.
- BUSSON, Shayana. A polícia das Famílias. **La Revista Latinoamericana de Estudios de Familia**, [s. l.], n. 1, v. 1, p. 165-183, 2009.
- CENTA, Maria; ELSEN, Ingrid. Reflexões sobre a evolução histórica da família. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, [s. l.], n. 1, v. 1, p. 15-20, 1999. DOI 10.5380. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/refased/article/view/4878/3728>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- CERVENY, Ceneide. **A família como modelo: desconstruindo a patologia**. Campinas: Livro Pleno, 2001.
- CERVENY, Ceneide. **Intergeracionalidade: Heranças na produção do conhecimento**. São Paulo: Roca, 2011.
- COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro et al. Celebrando a normatização da vida: (re)pensando os corpos infantis arbitrariamente generificados em vídeos de “chás de revelação” do youtube. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [s. l.], n. 1, v. 8, p. 135-154, 2020. DOI 10.12957. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/46467>. Acesso em: 8 mar. 2023.
- DEL PRIORE, Mary. Brasil colonial: Um caso de famílias no feminino plural. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], n. 91, v. 2, p. 69-79, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/878>. Acesso em: 16 maio 2023.
- DEL PRIORE, Mary. **A história do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ENRIQUEZ, Eugène. **Da Horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e Família: Transmissão, Conflito e Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.
- FORNA, Aminatta. **Mae De Todos Os Mitos - Como A Sociedade Modela E Reprime As Maes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FRAMO, James L. **Intensive Family Therapy: Theoretical And Practical Aspects**. [S. l.: s. n.], 1965. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=TghpjdRFvEC&oi=fnd&pg=PA143&dq=framo+1965&ots=GOsHtMwHZU&sig=st0INXgXmI4WwesIJZd3PPzjcDU&redir_esc=y#v=onepage&q=framo%201965&f=false. Acesso em: 16 maio 2023.
- FRANCO, Ricardo da Silva; SEI, Maíra Bonafé. O uso do genograma na psicoterapia psicanalítica familiar. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 399-414, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2023.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Viena: Franz Deuticke, 1921.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

GOLSE, Bernard. **Sobre a Psicoterapia Pais-bebe**: Narratividade, filiação e transmissão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

GREENSON, Ralph R. **The technique and the practice of the psychoanalysis**. [S. l.: s. n.], 1967. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=LR-yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=The+technique+and+the+practice+of+the+psychoanalysis++GREENSON&ots=5zHkFE_nCO&sig=9jGlsginXHMNw9mz_G9xiXj8Wg&redir_esc=y#v=onepage&q=The%20technique%20and%20the%20practice%20of%20the%20psychoanalysis%20%20GREENSON&f=false. Acesso em: 16 maio 2023.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.96-103.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo** - Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Tendências e Impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 206-242.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Brasília: Senado Federal, 2019.

MCGOLDRICK, Monica. GERSON, Randy. **Genogramas en La Evaluación Familiar**. Buenos Aires: Celtia, 1985.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. A crítica da psicologia e a tarefa da crítica na psicologia. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 13-26, jan. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 7 maio 2023.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NASIO, Juan-David. **Por que repetimos os mesmos erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica Sanches. **Velhice bem-sucedida**. Campinas: Papirus, 2005.

OLIVEIRA, Madalena Sofia; SANI, Ana Isabel. A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, n.6, v.1, p. 162-170, 2009. ISSN 1646-0502.6

RIBEIRO, Ana Maria; BAREICHA, Iara Cristine. Investigando a transgeracionalidade da violência intrafamiliar. In: PENSO, M. A; FORTUNATO, L. C. (orgs.). **Transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa a intervenção**. São Paulo: Summus. 2008.

SILVA, Lúcia Maria de Souza; STRELHOW; Luciana Cássia. Transgeracionalidade percebida nos casos de maus tratos. In: PENSO, M. A; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008. p. 99-122.

SWAIN, Tania Navarro. Diferença sexual: uma questão de poder. In: **Simpósio de Gênero e Literatura da Universidade Federal do Ceará**, 1., Fortaleza. 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm>> Acesso em: 16 de maio de 2023.

TELES, Clara. **Genograma orientado para a justiça íntima**: uma abordagem colaborativa de Terapia Familiar em contextos de Violência Íntima. 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado integrado em psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, [S. l.], 2008. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/943/1/17711_ulsd_dep.17464_Genograna_Orientado_Para_a_Justica_intima.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

TEODORO, Maycoln; BAPTISTA, Makilim. **Psicologia de Família**: Teoria, Avaliação e Intervenção. 2. ed. [S. l.]: Artes Médicas, 2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=birKDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT122&dq=intergeracionalidade+psicologia+familia+violencia+&ots=f5P7ylaGON&sig=ALxP8-4YEgMKXOSSddrv_aOQvMbM#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 27 mar. 2023.

TRINDADE, Eliane Maria Vieira; BUCHER-MALUSCHKE, Julia Sursis Nobre Ferro. Considerações acerca da abordagem transgeracional de famílias alcoólicas. In: PENSO, M.A.; COSTA, L. F. (org.). **A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção**. São Paulo: Summus, 2008.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WAGNER, Adriana. **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=ElrxCAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA93&dq=Wa>

gner,+Predebon+e+Falckle,+2005&ots=Myv93xlehn&sig=wUAtNFWJ8xh7eq_____OVhhNpR 4OBQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 1 maio 2023.

WATZLAWICK, Paul. Profecias que se autocumorem, In: WATZLAWICK. P. (org). La Realidad Inventada: como sabemos lo que creemos saber? Barcelona: Editorial Gedisa, 2000.

XAVIER, Manuela. **De olhos abertos**: uma história não contada sobre relacionamento abusivo. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=TEiMEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=De+olhos+abertos:+uma+hist%C3%B3ria+n%C3%A3o+contada+sobre+relacionamento+abusivo&ots=8Xa7r-Fc2j&sig=Bq748jrvnqeEO_JRE-CO1ilimv8&redir_esc=y#v=onepage&q=De%20olhos%20abertos%3A%20uma%20hist%C3%B3ria%20n%C3%A3o%20contada%20sobre%20relacionamento%20abusivo&f=false. Acesso em: 14 maio 2023.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. [S. l.]: Appris, 2018.